



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS PRESSUPOSTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A  
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA  
ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES**

**ROSEANE ALVES DE ANDRADE**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**OS PRESSUPOSTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A  
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA  
ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## RESUMO

Neste estudo objetivou-se desenvolver discussões sobre o Projeto Político Pedagógico- PPP da E.E. Cecília Meireles, do município de Nova Serrana/MG, a fim de diagnosticar qual o modelo de gestão desenvolvido atualmente nesta escola. A partir da comparação entre os pressupostos do PPP, da prática gestora na escola e das argumentações de alguns teóricos que discutem sobre o assunto, são conceituados os modelos de gestão atualmente descritos em teoria e verificado em que aspectos ocorrem aproximação ou distanciamento do modelo de gestão democrático na escola. O modelo de gestão democrático é considerado como o mais adequado para a gestão de escolas, uma vez que considera opiniões e necessidades dos diversos segmentos escolares. Após análise do PPP, as discussões permitem concluir que, na escola ocorre uma gestão democrática, com participação efetiva da comunidade escolar na elaboração do PPP, participação do Colegiado Escolar em decisões administrativas e participação do Conselho de Classe em decisões pedagógicas. Aspectos que dificultam a gestão referem-se principalmente à estrutura física inadequada da escola diante da demanda de alunos por ela atendida. Para superação desses obstáculos referentes à estrutura física é preciso planejamento conjunto de aulas e atividades escolares adequadas ao restrito espaço da escola, o que atualmente tem sido realizado.

**Palavras-Chave:** Gestão Democrática; Projeto Político Pedagógico; Conselho de Classe; Colegiado Escolar.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
1.1 Objetivos.....	6
1.1.1 Objetivo Geral.....	6
1.1.2 Objetivos Específicos .....	6
1.2 Justificativa .....	6
1.4 Percurso teórico metodológico .....	8
<b>2. OS MODELOS DE GESTÃO E O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR</b> .....	<b>9</b>
<b>3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PPP NA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES</b> .....	<b>12</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>15</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>16</b>
<b>6 ANEXOS – Projeto Político Pedagógico</b> .....	<b>17</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente diversos estudos se propõem ao debate sobre o tipo de gestão adotado nas instituições de ensino e como o modelo adotado influencia diretamente sobre os resultados obtidos pela instituição. De acordo com essa perspectiva, pode-se dizer que o modelo mais adequado de gestão é aquele que considera a participação do grupo e valoriza as sugestões e pontos de vista no processo de tomada de decisões, por esse motivo, escolheu-se realizar uma análise sobre esse assunto no contexto de uma escola pública.

Este trabalho investiga o tipo de gestão atualmente empregado na Escola Estadual Cecília Meireles, localizada no município de Nova Serrana/MG. Na Introdução apresenta-se o delineamento do tema em análise sob uma ótica mais ampla, identificando os objetivos do estudo, sua justificativa e o percurso teórico metodológico.

Na primeira seção são apresentadas as principais conceituações sobre os modelos de gestão empregados (autocrático e democrático) discutindo sobre as facilidades e dificuldades de implantação de cada um desses modelos no ambiente escolar.

Na segunda seção investiga-se se, no cenário da Escola Estadual Cecília Meireles, tem sido desenvolvido um modelo democrático de gestão, tendo como base uma análise realizada sobre o PPP desta escola e também nas diversas ações tomadas no ambiente da escola que se aproximam ou distanciam a gestão do perfil democrático.

Nas considerações finais são apresentadas as principais conclusões construídas sobre o assunto, contribuindo para o aperfeiçoamento do modelo de gestão na instituição na qual se deu a pesquisa, bem como compartilhando ações bem sucedidas no que se refere à gestão democrática na escola.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

- Desenvolver discussões sobre o PPP da Escola Estadual Cecília Meireles que permitam o diagnóstico sobre o modelo de gestão empregado nesta escola e em que pontos existem aproximação ou distanciamento entre a prática de gestão e aquilo que é descrito no PPP.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Apresentar diferentes modelos de gestão atualmente empregados com suas vantagens e desvantagens.
- Descrever orientações contidas no PPP da Escola Estadual Cecília Meireles verificando se estes têm relação com o desenvolvimento de um modelo de gestão democrático ou autocrático.
- Verificar em que sentido tem acontecido aproximação ou distanciamento entre a prática de gestão e aquilo que é orientado no PPP, demonstrando facilidades e dificuldades encontradas ao longo do percurso.

## **1.2 Justificativa**

Acredita-se que um modelo de gestão mais eficaz é aquele baseado em aspectos democráticos, em que o líder compreende a responsabilidade de seu cargo e seu espírito de decisão, porém considera também que deve atuar como um mobilizador de toda a equipe construindo um plano coletivo de ações e atuando como elo entre todos os segmentos. Um estudo sobre o modelo de gestão da escola demonstra, portanto, se o gestor tem centralizado para si as ações dentro da escola trabalhando numa perspectiva autocrática ou, se ao contrário disso, tem possibilitado uma democratização das decisões tomadas dentro da escola, permitindo a participação dos segmentos escolares.

No cenário educativo, sabe-se que cada escola enfrenta desafios próprios. No caso específico da Escola Estadual Cecília Meireles a análise do PPP e comparação das orientações desse documento com as ações práticas desenvolvidas na escola, permitirão verificar que ações têm sido democráticas e que ações têm sido

autocráticas evidenciando argumentações que permitam um maior aprimoramento do modelo de gestão empregado.

### **1.3 Revisão de Literatura**

O procedimento utilizado para embasar as discussões feitas neste estudo foi a revisão de literatura. Ao conceituarem a revisão de literatura, Marconi e Lakatos (2010) afirmam que ela consiste na realização de levantamentos nas chamadas fontes secundárias, que são definidas como materiais escritos ou de forma audiovisual. As discussões contidas nestes materiais auxiliam ao pesquisador na medida em que o coloca a par de tudo o que foi escrito sobre o assunto tratado. Assim sendo, realizou-se pesquisa aberta no Google, utilizando-se os termos de busca “Gestão escolar democrática” e “Democracia e gestão escolar”. Depois da pesquisa, fez-se a seleção de cinco obras de carácter científico sobre esses temas.

A primeira obra foi escrita por Faro (2007) e trata sobre “Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de ensino”. Esse autor debate ao longo de sua obra como a democracia na gestão escolar é um aspecto intimamente relacionado com a qualidade de ensino e acertabilidade na tomada de decisões.

A segunda obra é de Kanapik (2011) e trata de uma forma mais geral sobre a gestão de pessoas e talentos nas organizações. Esse autor não é exclusivo da área educativa, porém esclarece muito sobre os tipos de gestão empregados e como esses modelos de gestão influenciam na valorização das pessoas tornando-as mais produtivas no ambiente de trabalho.

A terceira obra, escrita por Leite (2010), trata dos “Princípios da Gestão Escolar Democrática”. Trata-se de uma tese e aborda como a gestão escolar democrática é o tipo mais indicado para as instituições escolares dos tempos atuais, uma vez que envolve a participação dos diversos segmentos na tomada de decisões.

Na quarta obra selecionada, Luck (2009), em “Dimensões da gestão escolar e suas competências”, elaborou um artigo que trata principalmente das competências do gestor escolar e o que se espera do perfil deste profissional no cenário da educação do século XXI.

Por fim, a quinta obra, escrita por Silva (2006), trata-se de uma tese de doutorado na qual o autor destaca a importância da gestão escolar democrática, as

dificuldades de implantação desse tipo de gestão na escola, a participação dos segmentos escolares e o perfil do diretor escolar ao longo de todo o processo.

#### **1.4 Percurso teórico metodológico**

Uma vez delimitado o campo de estudo, o tema a ser pesquisado e feita a seleção de obras sobre o assunto, o trabalho realizou a pesquisa documental e o estudo de campo.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), pesquisa documental é a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos. No caso, a pesquisa documental deu-se sobre o PPP da instituição e em que sentido as orientações deste documento rumam para uma gestão democrática na escola.

Em um terceiro momento, foi realizado um estudo de campo na escola, aproveitando-se a experiência da pesquisadora como professora da instituição e na observação de ações tomadas no seio da escola, mostrando se estas remetem ou não a um processo democrático de atuação do gestor.

## 2. OS MODELOS DE GESTÃO E O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

No espaço escolar existem diversos sujeitos envolvidos em complexas relações pedagógicas e administrativas. Geralmente, muito é discutido sobre o papel pedagógico que especialistas e professores devem adotar, mas poucos estudos se dedicam a divulgar sobre como se deve dar o processo de gestão no interior de uma escola. Assim sendo, o objetivo principal desta seção é esclarecer sobre alguns modelos de gestão adotados com suas vantagens e desvantagens bem como apontar com os diferentes integrantes dos segmentos escolares participam do processo.

Ao conceituar o termo gestão escolar, Faro (2007) ensina que este termo denota um sentido de direção ao processo de organização e funcionamento da escola que, em última instância, deve ser uma instituição comprometida com a formação do cidadão. Não qualquer formação, mas justamente aquela que pretende despertar no estudante, habilidades de atuação crítica junto à realidade onde vive.

Se as escolas têm a responsabilidade de formar seus alunos de acordo com os princípios já apontados, é na gestão da aprendizagem que elas devem concentrar seus esforços (FARO, 2007). O gestor escolar será quem conduz todo o processo de ensino de sua instituição, dessa maneira ele deverá possuir além de conhecimentos pedagógicos, burocráticos e legislativos, uma grande capacidade de relacionar-se com pessoas e liderar um grupo rumo a um objetivo comum.

O gestor das instituições de ensino é aquele profissional cuja atuação está intimamente relacionada aos demais segmentos escolares. Trata-se do profissional que coordena todo o processo e acompanha o desenvolvimento do currículo, é o responsável legal e administrativo pelo estabelecimento. Assim, deve ser um profundo conhecedor dos processos de gestão escolar, pois o aspecto burocrático fundamenta toda a sua ação na instituição de ensino (LUCK, 2009). Também deve envolver em sua gestão a participação dos demais integrantes da instituição.

Ao observar as reflexões feitas por Knapik (2011), verifica-se que os modelos de gestão estão organizados basicamente em três tipos. Para esse autor, o primeiro tipo é chamado de centralizador e aplica-se ao gestor que, na maioria das vezes, exige obediência, recusa qualquer discussão, determina o caminho a ser seguido e toma isoladamente as decisões. É ele quem dirige sem espaço para contestações.

O modelo centralizador racionaliza os processos dentro da instituição. Chega-se a decisões mais facilmente uma vez que todo o poder está centralizado nas mãos de uma ou poucas pessoas. Porém, as decisões que são tomadas nem sempre revelam a necessidade do grupo e, portanto, podem ser inapropriadas.

Knapik (2011) ainda descreve que o segundo tipo é chamado de democrático. Nesse estilo, o gestor integra e utiliza em seu trabalho as ideias e contribuições dos professores. Essa forma de direção implica acordo, discussão e participação de toda a equipe escolar na seleção da política a seguir e nas decisões a tomar. O gestor democrático se coloca numa situação de moderador, que deve zelar para que as decisões sejam posteriormente implementadas. Apresenta-se como desvantagem desse tipo de estilo administrativo, a dificuldade em se chegar a um consenso diante de uma decisão, tendo em vista que envolve diversas opiniões, porém, nesse caso, as decisões tomadas tem maiores chances de refletir a necessidade de um grupo.

Existe ainda, na concepção de Knapik (2011) o modelo chamado de Laissez-Faire, nesse caso, o gestor se preocupa em exercer um controle mínimo, dando à equipe escolar total liberdade. Daí a expressão em francês, que se aplica a quem dá carta branca à execução de tarefas. Nesse caso, existe a facilidade de gestão uma vez que o gestor apenas dá as informações necessárias à equipe e dá carta branca para a tomada de decisões. É o modelo de gestão adequado apenas a equipes muito bem engendradas.

Leite (2010), ao discutir sobre a gestão democrática, afirma que é impossível ao gestor escolar ser apenas democrático. Em algumas situações, o diretor tende a ser mais democrático, chamando a participação de toda a comunidade escolar para a discussão de determinada questão. Em outras, toma decisões sozinho, caracterizando uma atitude mais centralizadora. E em muitos casos delega decisões aos professores e coordenadores pedagógicos.

Silva (2006) ao refletir sobre o assunto gestão democrática, destaca que o administrador escolar para atuar junto ao corpo docente e discente das instituições de ensino e coordenar as práticas pedagógicas do estabelecimento deve dividir ações com seus subordinados e isso exige que ele seja um divulgador da gestão administrativa na escola. Esta, por sua vez configura-se num instrumento de ajuda para todos aqueles que atuam diretamente com a educação.

Fica claro que a gestão administrativa da escola exige além de conhecimentos específicos ao cargo também habilidades de liderança de grupo

rumo a um objetivo. A gestão administrativa cede ao sujeito, meios e recursos necessários para obter alguns resultados. Compreende-se também que resultados certos dependem muito da forma de interação do gestor com seu grupo. Logo não há uma receita para o sucesso, mas sem a informação, a administração eficaz não acontece.

O conhecimento e estudo da gestão administrativa levam ao gestor a desenvolver algumas habilidades que são fundamentais. Uma delas é a convivência de forma harmoniosa. Neste sentido, Faro (2007), ao defender o princípio da democracia no ambiente escolar, descreve que manter uma escola funcionando fica mais fácil quando se pode contar com ajuda. Investimentos financeiros nem sempre são suficientes, às vezes é preciso investir na intuição, no espírito de equipe, na confiança mútua, no respeito, no tratamento educado e cortês.

O gestor também deve manifestar paixão pelo trabalho, pois ela é o principal diferencial entre um mero trabalhador que bate pontos e um profissional que deseja se superar a cada dia. Isso tudo é conseguido com informação, formação e experiência. Não se constrói um gestor rapidamente, mas ele é desenvolvido com o tempo, quando se propõe a isso.

Na verdade, um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho possui, em sua raiz, a potencialidade de transformação (LUCK, 2009). É necessário que a atuação na escola seja realizada com competência para que a aprendizagem aconteça, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem coletivamente no companheirismo e na solidariedade.

Tendo isso em vista, não é fácil formar-se um gestor escolar, pois é um cargo no qual precisa ao longo de seu processo de informação desenvolver tanto habilidades de um líder quanto o conhecimento necessário ao processo de administração escolar, são habilidades complexas e denotam muita responsabilidade ao cargo.

### **3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PPP DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES**

Ao longo desta seção é realizada uma pequena análise sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Estadual Cecília Meireles, tomando como referência o tema gestão democrática e como esta é discutida no documento.

A E.E. Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG, telefone (37)3270-3300 e E-mail: escola.33666@educacao.mg.gov.br. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

A E. E. Cecília Meireles foi construída em um terreno de 1570 m<sup>2</sup> e inicialmente atendeu a apenas 4 turmas do Ensino Fundamental. Com o crescimento da cidade de Nova Serrana/MG houve ampliação do ensino para as séries finais do ensino fundamental e, posteriormente, implantação do ensino médio. Atualmente a escola atende a 930 alunos, matriculados em 27 turmas distribuídas em três turnos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não tem acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz, a quadra de esportes é coberta, a biblioteca não tem espaço suficiente para a maioria das atividades pedagógicas necessárias. O PPP da E. E. Cecília Meireles já diagnostica esses obstáculos ao processo de gestão.

O quadro de funcionários da escola é determinado por resolução anual da Secretaria de Estado da Educação. É formado pela diretora, duas vice-diretoras, três especialistas e quarenta professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio, com formação em nível superior e a maioria com especialização. Conta-se ainda com uma secretária, cinco auxiliares de secretaria e doze auxiliares de serviços da educação.

O PPP da E. E. Cecília Meireles foi construído a partir da discussão entre os diversos segmentos escolares que envolvem direção, professores, funcionários, pais/responsáveis. Ao longo de reuniões feitas entre os profissionais da escola juntamente com os pais/responsáveis e direção, foram diagnosticadas as principais necessidades da comunidade escolar e, a partir disso, foi elaborado o PPP da escola.

Essa participação de todos os segmentos escolares na elaboração deste documento já revela um aspecto do estilo democrático na escola, uma vez que, segundo o que foi verificado nas discussões que Knapik (2011), o estilo democrático é aquele em que o grupo se reúne e são apontadas suas necessidades a serem consideradas na decisão a ser tomada.

O PPP da escola se estrutura em sete tópicos sendo eles: Finalidades da escola, Estrutura Organizacional, Currículo, Tempos e Espaços Escolares, Processos de Decisão, Relações no Trabalho e Avaliação. Ao se analisar de forma mais pormenorizada esses tópicos, observa-se que os aspectos da gestão democrática são percebidos principalmente nos tópicos que destacam sobre os Processos de Decisão e Relações no Trabalho.

Quanto ao tópico, Processos de Decisão, nota-se o seguinte texto, retirado do PPP da E.E. Cecília Meireles:

A gestão da escola é democrática. O processo de escolha da direção segue a partir de uma avaliação de conhecimentos do gestor na sua área de atuação e em eleição, processo em que a comunidade escolar vota nos profissionais que melhor irão representá-los na função de diretor da escola (PPP. E.E. CECÍLIA MEIRELES, 2014).

O que se pode afirmar sobre o processo de gestão da escola é que as características democráticas são aspectos cobrados pelo sistema público de ensino estadual que estabelece diretrizes para a gestão da escola. Assim, de acordo com normas desse sistema a eleição do diretor escolar deverá ser realizada por votação junto à comunidade, da qual participam todos os profissionais da escola, pais/responsáveis e alunos maiores de 14 anos. O Colegiado, portanto é composto por dois membros de cada segmento, sendo: dois membros da direção da escola, dois professores, dois representantes de pais/responsáveis e dois representantes de alunos com idade maior de 14 anos. Cada segmento também tem dois suplentes. A forma de eleição do colegiado se dá por meio de assembleia coletiva com toda a comunidade escolar em que cada segmento elege seus representantes.

Quanto às decisões administrativas tomadas pelo diretor, nota-se que o PPP estabelece que estas deverão ser acompanhadas por um Colegiado, composto pelo próprio diretor e representantes da comunidade escolar (pais, funcionários e alunos maiores de 14 anos). Esse colegiado tem finalidade consultiva e deliberativa, ou seja, a este órgão, o diretor deve se reportar para a tomada de decisões como

compra de materiais para a escola bem como prestar as devidas prestações de contas sobre a administração dos recursos financeiros da instituição.

Nota-se, portanto que, por meio da representatividade, ocorre uma intensa participação da comunidade escolar nos processos de decisão internos da instituição. Por meio do colegiado escolar a comunidade pode ser informada sobre como estão sendo administrados e empregados os recursos destinados à escola, bem como participar e opinar para que esta administração atenda às necessidades.

Observa-se também que o PPP demonstra características ligadas ao aspecto democrático, quanto às decisões pedagógicas tomadas no interior da escola:

As decisões internas são tomadas em reuniões coletivas, em que todos têm direito a dar opiniões porque fazem parte delas como coparticipantes. São decisões como: calendário escolar, plano de trabalho, linha filosófica a ser seguida na proposta pedagógica, formas de avaliar, metodologias de ensino e aprendizagem etc. Todos tem conhecimento das decisões ou ações implementadas na escola (PPP, E.E.CECÍLIA MEIRELES, 2014), p. 16.

As decisões internas, referentes ao processo pedagógico são tomadas principalmente pelo Conselho de Classe. Trata-se de um órgão composto por professores, especialistas e direção para refletirem sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos e objetiva discutir, analisar o processo de aprendizagem e detectar aqueles com necessidade de acompanhamento.

O diretor escolar deve estar presente nas reuniões do Conselho de Classe e, por meio de sua atuação, deve tomar decisões para atender às necessidades apontadas.

No tópico Relações no Trabalho, o PPP também destaca que o processo de decisão na escola é algo compartilhado e as decisões são tomadas visando às necessidades do coletivo. Pode-se perceber a seguinte argumentação no PPP (2014, p.18) “os diversos atores escolares têm papel de coparticipantes no trabalho pedagógico. As relações de trabalho são pautadas na ética profissional e em boas relações interpessoais”.

Nesse aspecto, a comunidade, representada pelos pais/responsáveis exerce o papel de parceira da escola sendo convidada a participar de ações dentro da escola e também a participar de projetos como Feiras Culturais, Datas Comemorativas, Dia da Família na Escola, Festas Juninas, entre outras atividades. A realização desses eventos possibilita maior entrosamento da escola com a comunidade, além de incentivar a participação de todos no processo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo deste estudo, pode-se perceber que o modelo de gestão atualmente empregado na escola possui características que o aproximam de um processo democrático. Existem diversos fatores que causam aproximação do modelo de gestão da E.E. Cecília Meireles aos aspectos democráticos, entre eles um PPP que contou com a participação de todos os segmentos escolares em sua elaboração, um Colegiado Escolar representativo dos segmentos e que atua no processo deliberativo e construtivo em ações administrativas, a participação de um Conselho de Classe atuante em questões pedagógicas, valorizando a participação de todos e compartilhando decisões e, em meio a tudo isso, o envolvimento da direção possibilitando que as necessidades de todos sejam na medida do possível atendidas.

Sobre as dificuldades ou pontos que causam distanciamento ou dificuldade de atingir as metas do PPP destaca-se principalmente a ainda precária estrutura física da escola, que se faz insuficiente para atender com excelência à demanda de alunos nela matriculados. Destaca-se, nesse caso, a improvisação de sala de aula, ausência de laboratório e espaço mais amplo para aulas mais dinâmicas e diversificadas. Tal aspecto tem sido compensado com a ampla participação dos profissionais de ensino, na discussão de métodos de ensino capazes de serem adaptados para a estrutura física da escola.

Pode-se dizer, por fim, que apesar de o modelo de gestão democrática apresentar dificuldades, como a demora em se chegar a consensos sobre decisões a serem tomadas, a direção da escola, atua adequadamente como moderadora e sempre desenvolve acordos com a equipe, para que as decisões sejam feitas baseando-se no bem comum.

## 5 REFERÊNCIAS

FARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

KNAPIK, J. **Gestão de pessoas e talentos**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

LEITE, A. O. F. **Princípios da gestão escolar democrática**. Rio de Janeiro: Faculdade Redentor, 2010.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

SILVA, N. R. G. **Gestão escolar democrática: uma contextualização do tema**. Campinas: UNICAMP, 2006

## **6 ANEXOS – Projeto Político Pedagógico**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
CECÍLIA MEIRELES**

**ELIANETE GONÇALVES DE OLIVEIRA  
ELIZABETE DE AZEVEDO ALVES  
GLAYCIMAR APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO  
NATÁLIA FERNANDA LOBATO DE ABREU  
ROSEANE ALVES DE ANDRADE**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
CECÍLIA MEIRELES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	8
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica .....	10
3. CURRÍCULO .....	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	15
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	17
7. AVALIAÇÃO .....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
REFERÊNCIAS .....	26

## INTRODUÇÃO

A escola constitui uma das instituições responsáveis pela promoção da educação, através da educação escolar ela define o tipo de cidadão que deseja formar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dá às escolas, conforme o artigo 12, autonomia para elaborarem e executarem sua proposta pedagógica. O que lhes confere certo nível de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. De acordo com Sens (2014, p.1) “A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática”.

A Escola Estadual Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG, telefone (37)3270-3300 e E-mail: escola.33666@educacao.mg.gov.br. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no entanto o prédio é cedido pela prefeitura desde a sua construção, e atualmente está em processo de doação.

Com o crescimento contínuo da cidade, novos bairros foram surgindo e as duas escolas existentes não conseguiam mais atender a demanda escolar, o que dificultava o acesso dos alunos. Então, um fazendeiro da época doou um terreno com área de 1.570 m<sup>2</sup> à prefeitura, que construiu o prédio e o Estado fundou a escola, que em homenagem à escritora recebeu o nome de Escola Estadual Cecília Meireles. A escola foi fundada em 22 de março de 1985 e inaugurada em 05 de agosto de 1985 com o antigo ensino do 1º grau. Inicialmente contava apenas com quatro salas de aula. Em 05 de fevereiro de 1991 através Resolução nº6.813/91 foi implantada a extensão do Ensino Fundamental e com o Decreto 43.936 de 22 de dezembro de 2004 ocorreu a implantação do Ensino Médio. Nos últimos anos foram feitas algumas ampliações e adaptações para atender o aumento no número de alunos.

Atualmente a escola atende a 930 alunos do bairro Bela Vista, de quatorze bairros vizinhos e da zona rural, respeitando e valorizando a cultura local, experiências de vida dos seus alunos, famílias e da comunidade onde a escola está inserida. Tem a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a

Educação de Jovens e Adultos (nível médio). Funciona em três turnos com vinte e sete turmas.

Os alunos apresentam nível socioeconômico bem diversificado e a maioria com nível de aproveitamento intermediário. Há predominância de alunos provenientes de famílias carentes em todos os aspectos: social, cultural e econômico. Alguns alunos com dificuldades de aprendizagem acentuada. Muitos alunos não moram com os pais, pertencem a famílias mono parentais: são criados só pela mãe, ou pelo pai e/ou mesmo por avós. As famílias em sua maioria são operárias das fábricas existentes na cidade, possuem nível de escolaridade muito baixo e alguns são analfabetos. Alguns pais apresentam problemas de alcoolismo e outras drogas que circulam no meio, estes problemas naturalmente, não deixam de influenciar na vida escolar dos alunos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não tem acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz, a quadra de esportes é coberta, a biblioteca não tem espaço suficiente para a maioria das atividades pedagógicas necessárias.

A maioria dos docentes possui formação em nível superior e pós-graduação. Participam de formação continuada e de outras atividades extracurriculares que são essenciais para a qualidade do ensino. No entanto, alguns discordam das políticas do estado por acreditarem que a educação não é tão valorizada quanto deveria e as ações não acontecem na mesma proporção que as teorias. Todos acreditam na educação como elemento essencial e transformador de uma sociedade.

O PPP é a expressão e a mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o 'seu rumo', delineando seus princípios, suas diretrizes e suas propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e 'doador' para a escola; o PPP não começa e nem acaba em um texto escrito. (CAMPOS e SCHEIBE, 2014, p.1).

Segundo Oliveira (2005, p. 31) "o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento". O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é um projeto coletivo, compreendido como movimento de planejamento participativo,

que partiu do diagnóstico da realidade da escola e ao que ela deseja ser, sua identidade.

A ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1).

Para Veiga (1997, p.27) “é no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino.”, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles foi elaborado pela equipe escolar, contando com a participação dos funcionários, alunos e pais analisando as prioridades e necessidades da escola, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola Cecília Meireles é mais do que uma exigência legal, é momento de discussão, análise da escola que temos para a organização, construção e definição de ações. Foi um momento necessário, pois como seres mutáveis, vamos traçando metas, avaliando ações, revendo conceitos, planejando e buscando a concretização dos ideais almejados. No decorrer do trajeto vamos percebendo que alguns projetos não foram exitosos, algumas metas não foram alcançadas, alguns métodos não apresentaram bons resultados. Nossa realidade vigente não alcançou nossas perspectivas. Por isso a necessidade de rever, replanejar, reestruturar e mudar estratégias, buscando alternativas para os principais problemas enfrentados pela escola, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, baseadas no diálogo, onde os diversos segmentos são coparticipantes no trabalho pedagógico.

Para Cury (2014, p.11), “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”. Sendo assim, a escola realizou oficinas envolvendo a direção, corpo docente, discentes, auxiliares de serviços e pais para reflexão sobre as cinco dimensões do Projeto Político Pedagógico.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

O direito à educação não ficou restrito à Constituição Federal, foi enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Educação, nos pareceres e resoluções dos conselhos de educação dos Estados e da União. A educação consiste no principal fator de transformação do ser humano, através dela ele desenvolve competências, habilidades capazes de modificar a sua realidade, pois descobre a sua dimensão interior e a busca da autorrealização. A Escola Estadual Cecília Meireles, como instituição escolar constitui parte do amplo processo social de transformação da sociedade.

A escola precisa conhecer sua clientela, conhecer sua história para construir o seu próprio Projeto Político Pedagógico e assumir sua função social. No atual cenário a Escola Estadual Cecília Meireles tem por finalidade atender os alunos do Bairro Bela Vista e entorno, respeitando e valorizando sua experiência de vida, de suas famílias e a cultura local. Tem como objetivo geral estimular e impulsionar a equipe pedagógica para promover métodos eficientes que resultem na melhoria constante da qualidade do ensino.

A escola tem como objetivos específicos: conhecer, analisar e compreender os resultados obtidos pela instituição nas avaliações sistêmicas articulando as ações de planejamento às ações avaliativas (externas e internas), planejar e programar intervenções pedagógicas com práticas inovadoras numa perspectiva interdisciplinar com vistas a possibilitar o desenvolvimento dos alunos que se encontram em todos os níveis de desenvolvimento (baixo, intermediário e recomendável) criando mecanismos de atendimento diferenciado aos alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem envolvendo toda a equipe da escola, envolver a família no processo de intervenção pedagógica como parceiros e corresponsáveis por todas as ações previstas para a melhoria da aprendizagem dos alunos, adequar os espaços temporais para possibilitar a revisão da prática pedagógica dos professores a partir de estudos, discussões e planejamentos coletivos garantindo a efetivação das ações planejadas.

Sendo a escola responsável em formar pessoas críticas, participativas, questionadoras, capazes de exercer sua cidadania e reconhecendo a complexidade da prática educativa, busca na reelaboração do Projeto Político Pedagógico subsídios que auxiliem na tarefa de assumir como educadores, a responsabilidade e

importância no processo de formação dos alunos. A linha teórica pedagógica adotada pela escola é a Sócio Interacionista. O corpo docente da escola está em constante busca para melhorar sua prática, estudando sempre as teorias dos grandes pensadores da educação como: Paulo Freire, Henri Wallon, Emília Ferreiro, Jean Piaget, e Vygotsk. Isso em busca de subsídios teóricos para análise e redimensionamento de sua prática educativa para que assim possam em conjunto buscar soluções para sanar as dificuldades tanto dos alunos como dos próprios professores.

Cada segmento da Escola tem suas atribuições definidas, na qual todos trabalham em prol de um ensino eficiente, associando a teoria à prática, planejando, gerenciando e possibilitando ao ser humano a oportunidade de sair do papel passivo e assumir com efetividade o de sujeito ativo e crítico da vida e da história. Como cita Delors (1998, p.85) a escola busca proporcionar ao aluno, “a oportunidade de aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser.” A apropriação dos conhecimentos nas diferentes áreas, a cooperação, o senso crítico, a criatividade, a curiosidade, a responsabilidade, o crescimento da autonomia e o respeito aos outros, são valores que fundamentam a educação. Garantir entre alunos e funcionários uma convivência pacífica, respeitosa, solidária e amigável na escola e na comunidade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles propõe rever objetivos, conteúdos, formas de desenvolvimento das atividades, avaliações, expectativas de aprendizagem e maneiras de auxiliar os alunos em seus estudos. Visa oferecer ao educando condições para o acesso e a permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar instrumentos de compreensão da realidade local. Incentivar a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e interdisciplinares cada vez mais amplas removendo obstáculos na conquista da igualdade social para todos.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, como a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2014, p.11).

A Escola Estadual Cecília Meireles, no exercício de uma educação democrática, realiza suas atividades conforme o que determina o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A escola desenvolve seu Trabalho com diferentes atividades que integradas compõem as dimensões: administrativa, financeira e pedagógica. Subdividindo em estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica.

## **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

O quadro de funcionários da escola é determinado por resolução anual da Secretaria de Estado da Educação conforme o número de alunos matriculados. O quadro administrativo da escola Cecília Meireles, é formado pela diretora, com carga horária de quarenta horas semanais, oito horas diárias, intercalando em três turnos (manhã, tarde e noite); duas vice-diretoras, cumprindo trinta horas semanais, sendo uma no turno da manhã e uma no turno da noite, três especialistas que auxiliam nas questões pedagógicas e administrativas e quarenta professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio nos três turnos, todos são habilitados, com formação em nível superior e a maioria com especialização.

A escola conta com uma secretária responsável pela parte funcional (benefícios, contagens de tempo, coordenação das atividades desenvolvidas na secretaria) e cinco auxiliares Técnicas da Educação Básica (com carga horária de trinta horas semanais), desempenhando atividades de registros, atualização da vida escolar dos alunos, atendimento e prestação de contas. Doze Auxiliares de Serviços da Educação Básica com as tarefas específicas de elaborar a merenda, manter a higiene, limpeza e conservação dos móveis, recepção dos alunos e pequenos reparos.

Segundo Dourado (2014, p. 21), “a qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade”. A estrutura física da escola é bastante precária. As salas de aula não

são tão arejadas e os ventiladores acabam sendo insuficientes. A cantina, sala dos professores, secretaria e biblioteca, os espaços são insuficientes. Na escola não há: sala de vídeo, laboratório de Ciências, sala de supervisão. O depósito para mantimentos, almoxarifado e sala para direção são improvisados. O laboratório de informática com dez computadores, apesar de vários reparos não funcionam (aparelhos obsoletos). A biblioteca com espaço insuficiente, não tem acessibilidade. A quadra é coberta. O número de mesas e cadeiras para alunos é suficiente e estão em bom estado. Existe uma televisão, um retroprojeter, um episcópio, dois aparelhos de DVD, quatro aparelhos de som portáteis, dois computadores na secretaria com acesso à internet, um computador com acesso à internet para uso administrativo, um Datashow e um microscópio. Na cozinha tem uma geladeira, um congelador, forno elétrico, dois fogões industriais e um micro-ondas. Na sala dos professores tem uma geladeira e um computador com acesso à internet. Há também Instrumentos que compõem uma fanfarra de pequeno porte. O acervo literário é bom. O telhado, as redes hidráulica e elétrica estão precários. A reforma e ampliação da escola é sonho de décadas, mas existem questões burocráticas, como o processo de doação pela Prefeitura ao Estado que está sendo formalizado. Como até o momento o prédio é cedido não houve nenhuma reforma efetuada pelo estado.

Os recursos financeiros são disponibilizados pela União e Estado através dos programas PDDE, PDE, PNAE, além dos recursos pré-determinados no decorrer do ano para manutenção e custeio. A escola realiza festa junina e recebe valores pouco significativos como doações, que são caracterizados como recursos próprios. Os recursos são usados conforme as necessidades da escola, definido pelo Conselho Escolar, sendo elaboradas as prestações de contas de todos os recursos adquiridos conforme a legislação vigente, e apresentadas para o conhecimento da comunidade, cumprindo os princípios da legalidade, publicidade e transparência.

Segundo Cury (2014, p. 21), “a gestão contemporânea impõe novos campos de articulação e de consulta. Hoje há um número já considerável de conselhos que permeiam o ambiente escolar”. O Colegiado Escolar da escola, órgão deliberativo e consultivo nos assuntos referentes às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, é composto pela diretora como presidente. Dois representantes com seus respectivos suplentes dos segmentos de alunos, demais funcionários da escola, professores, pais (de alunos menores de quatorze anos). A Comissão de

Licitação, o Conselho Fiscal, são conselhos que existem na escola, fazem parte dos elementos que contribuem para uma gestão democrática.

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A escola tem vinte e sete turmas sendo dez no turno da manhã (Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio), dez no turno da tarde (Anos Iniciais) e sete turmas no turno da noite (Ensino Médio Regular e EJA). A média de alunos por turma varia conforme o nível de ensino, sendo para os Anos iniciais, 25 alunos por turma, anos finais, 35 alunos por turma e Ensino Médio com 40 alunos por turma, variando a mais ou a menos em algumas turmas. A escola mantém a continuidade de seus alunos em curso e conforme a capacidade de oferta de vagas recebe alunos da rede municipal e bairros vizinhos. As turmas são formadas por idade e nível de escolaridade sendo heterogêneas.

O Ensino Fundamental estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos: Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade (1º, 2º e 3ºano) e os demais ciclos com duração de dois anos, Ciclo Complementar (4º e 5ºano), Ciclo Intermediário (6º e 7ºano) e Ciclo da Consolidação (8º e 9ºano). E o Ensino Médio com duração de três anos (1º 2º e 3ºano).

Conforme Dourado (2014, p. 8), “as pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam também que uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.” Os educadores da Escola Estadual Cecília Meireles, juntamente com alunos e pais, como participantes ativos, possibilitam que a escola apresente resultado otimista quanto à aprendizagem. Os alunos desta escola, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Fundamental e os alunos do Ensino Médio, tem a oportunidade de fazer uso de todos os materiais didáticos disponíveis na escola e de outros materiais complementares provindos de pesquisas dos alunos e professores da escola, para enriquecimento do conhecimento.

Os planejamentos dos professores são elaborados a partir da avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo, sob a orientação das especialistas. O planejamento é anual, subdividido por bimestres, de forma flexível adequado

conforme o perfil da turma e aprendizagem dos alunos. Os professores utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nos anos iniciais utilizam também as Matrizes Curriculares/CEALE para o Ciclo de Alfabetização inicial e Ciclo Complementar, os professores dos Anos Finais (Ciclo Intermediário e o Ciclo de Consolidação) e do Ensino Médio utilizam para planejamento os CBCs. A Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino médio na idade própria, proporciona-lhes o direito de constante aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas aptidões em sua vida profissional e social, através de atividades diferenciadas conforme seu contexto sociocultural.

A maioria dos professores trabalha de forma interdisciplinar para que os alunos alcancem os domínios e competências necessários para alcançar a meta proposta que é uma educação de qualidade. Os professores participam ativamente da elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica de acordo com as necessidades de cada turma, onde os alunos receberão suporte para sanar suas dificuldades. As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente por turno e mensal de forma integrada (para assuntos pedagógicos e administrativos).

A presença da família é de fundamental importância, mas nem sempre ela ocorre na proporção necessária por indisponibilidade de tempo dos pais. Além das reuniões bimestrais, os pais são convidados individualmente sempre que necessário. Conscientes da importância de um trabalho coletivo, de forma democrática e participativa a comunidade escolar vai efetivando a participação a cada dia.

### **3. CURRÍCULO**

O currículo como prática social produz sentidos para o que é imaginado e, dessa forma, o constrói. É por haver quem imagine o currículo de determinada maneira e conceba a existência de uma nacionalidade para esse currículo, com determinadas bases para o conhecimento escolar, é que se articulam ações locais e globais em torno do que é imaginado. (LOPES, 2006, p.45).

O currículo é mais do que um conjunto de disciplinas. Incluem experiências, vivências, questões regionais, socioculturais, conforme a realidade de cada estabelecimento de ensino. Há a necessidade de associar a teoria do currículo às práticas escolares. A relação teoria-prática requer diálogo, flexibilidade e integração

dos envolvidos no processo. Assim, estaremos rompendo limites e ampliando possibilidades.

Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1997, p. 26).

A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular contempla dois eixos: Uma Base Nacional Comum, obrigatória e definida pela União (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e uma parte diversificada, também obrigatória com conteúdos complementares definidos pela escola, conforme as características regionais e locais da comunidade.

A composição curricular da Escola Estadual Cecília Meireles busca a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, as ciências e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Religião). Assim, a escola organiza suas bases curriculares de acordo com a legislação vigente, Federal e Estadual.

Conforme a Resolução 2.197/2012 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa garantindo o direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Os Temas Transversais serão desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. De acordo com a resolução, a organização curricular do Ensino Médio, abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental as atividades pedagógicas serão organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, para os anos iniciais as Matrizes Curriculares e os guias do CEALE e para os anos finais os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas nos Ciclos de Alfabetização e Complementar, acontecendo também no Ensino Médio, formando assim cidadãos capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos da cada componente curricular e produzir com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados e dominar os conceitos matemáticos pertinentes a cada ano de estudo. Como escola participante do Projeto Reinventando o Ensino médio, ela trabalha conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos.

Os temas e atividades trabalhadas respeitam as questões regionais e socioculturais, buscando sempre o melhor processo para atingir o objetivo proposto, priorizando sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Esta instituição não oferece Educação em Tempo Integral por não ter espaço físico disponível.

#### **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 1997, p.29).

O tempo Escolar na Escola Estadual Cecília Meireles está organizado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). O ano letivo do Ensino Fundamental é de 200 dias, 40 semanas letivas, cinco dias letivos semanais. A carga horária anual do 1º ao 5º ano é de 800:00 h com módulos-aula de 48 minutos, a do 6º ao 9ºano, é de 833:20 h com módulos aula de 50 minutos. O intervalo com duração de quinze minutos. Sendo, portanto, 4h15minutos diárias do 1º ao 5º e 4h e 25 minutos do 6º ao 9º. O Ensino Médio (2º e 3º anos) regular tem a mesma duração de 4h e 25 minutos diárias, 833:20h anuais. As turmas participantes do Projeto Reinventando o Ensino médio têm carga horária de 3.000 horas,

conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos e incluindo no turno diurno, o sexto horário.

Conforme Cavaliere (2007, p.1017) a organização social do “tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral”.

A enturmação segue o que especifica a Resolução 2.197 de 26 de outubro de 2012:

Art. 28 O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4(quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: I- Ciclo de Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano; II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano; III- Ciclo Intermediário, com duração de dois anos de escolaridade, 6º e 7º ano; IV- Ciclo da Consolidação com dois anos de escolaridade, 8º e 9º ano.(MINAS GERAIS, 2012).

As ideias quanto à adoção de séries ou ciclos divergem. Alguns autores, dentre eles educadores, consideram os ciclos como arranjo para ocultar a repetência. Outros consideram a repetência como punição, que desestimula e aumenta o índice de evasão. Conforme Alavarse (2009) a proposição dos ciclos:

Deve conduzir ao alongamento do tempo para que se possa trabalhar com objetivos mais amplos do que aqueles anualizados; portanto, ampliando as finalidades da escola e permitindo que se trabalhe melhor, isto é, que se trabalhe para que todos possam aprender. Por isso, sem forçar denominações artificiais, essas preocupações conduziram aos ciclos de aprendizagem, por fazer do objetivo de aprendizagem um aspecto central, o que não pode ser interpretado como desconsideração pelas condições peculiares dos aprendizes e sua cultura. (ALAVARSE, 2009, p.42).

Em algumas situações, os ciclos são considerados como facilitadores da promoção automática. Freitas (2004) cita Bertagna (2003) quando distingue promoção automática de progressão continuada:

Na progressão continuada [...] a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir; na promoção automática, a criança [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. [...] Ser contra a progressão continuada, é negar a evidência científica de que toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal. (FREITAS, apud BERTAGNA, 2003, p.81,83).

A organização do ensino em ciclos se impõe então, como necessária para uma escola menos seletiva, menos excludente e menos autoritária. Moreira (2000) cita Cunha (1991), ao destacar a proposta curricular do Plano Mineiro:

Preservou as disciplinas tradicionais, enfatizando ao mesmo tempo, a necessidade de renovações no ensino, particularmente nas disciplinas ciências, história, geografia e educação para o Trabalho. Desejava-se direcioná-las, respectivamente, para os seguintes objetivos: o domínio da

linguagem científica, a compreensão do espaço como realidade viva, a compreensão das condições (MOREIRA, 2000, apud CUNHA, 1991, p.113).

O Ensino Médio está organizado em séries (1º 2º e 3º ano). As turmas de segundos e terceiros anos funcionam à noite (quatro turmas), os primeiros anos, de manhã, com um sexto horário por fazer parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos (nível médio), curso presencial, com duração de 01(um) ano e meio, organizado em 03(três) períodos semestrais. As outras modalidades atendidas, o ano é dividido em períodos bimestrais.

Os professores têm uma carga horária de 20(vinte) horas semanais sendo 16(dezesseis) horas com regência de aulas e 04(quatro) horas extraclasse incluindo planejamentos.

A comunidade reúne a cada bimestre para divulgação e, análise dos resultados de aprendizagens. São realizadas no decorrer do ano atividades como festa junina, feiras culturais com divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos, apresentações artísticas e culturais, campeonatos e gincanas, além das demais comemorações previstas no calendário.

A escola Estadual Cecília Meireles trabalha com seus alunos a visão crítica, com ênfase nos valores. Utiliza seus espaços internos como salas de aula, biblioteca, laboratório de informática (embora ineficaz), quadra, corredores e os espaços externos como biblioteca pública local, ginásio poliesportivo (campeonatos) e outras localidades da região através de viagens e excursões, associando o lazer ao conhecimento através de atividades previamente planejadas.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula. (VEIGA, 1997, p.30).

Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça esta prática, começando pela transformação da própria escola. Os ritmos de aprendizagem são diferentes e devem ser respeitados. Os recursos escolares devem ser eficazes para garantir a aprendizagem do aluno que é dever e responsabilidade da escola.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (CARMO, 2001, p.31).

A gestão da escola é democrática. O processo de escolha da direção segue a partir de uma avaliação de conhecimentos do gestor na sua área de atuação e em eleição, processo em que a comunidade escolar vota nos profissionais que melhor irão representá-los na função de diretor da escola.

As decisões de ordem administrativas e financeiras são tomadas a partir do colegiado e acompanhadas pela Superintendência Regional de Ensino. As decisões de ordem pedagógicas são tomadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico aprovado pelo colegiado. As decisões internas são tomadas em reuniões coletivas, em que todos têm direito a dar opiniões porque fazem parte delas como coparticipantes. São decisões como: calendário escolar, plano de trabalho, linha filosófica a ser seguida na proposta pedagógica, formas de avaliar, metodologias de ensino e aprendizagem etc. Todos tem conhecimento das decisões ou ações implementadas na escola.

A escola conta com dois importantes órgãos colegiados: O Colegiado Escolar que é o mais importante órgão colegiado da escola tem como função deliberar sobre questões politico-pedagógicas, administrativas, financeiras. É composto por dois representantes de cada segmento da escola sendo: Profissionais em exercício na escola (professores e demais funcionários) e comunidade atendida pela escola (pais, alunos). Entre suas atribuições está analisar ações de forma coletiva e buscar meios para o cumprimento das finalidades da escola. Constitui um espaço de participação, discussão e decisão possibilitando a participação e promovendo a gestão democrática.

Os membros do Colegiado Escolar têm funções:

- (1) deliberativas, sobre decisões em assuntos relacionados ao Projeto Político Pedagógico que considera os interesses e as necessidades da grande maioria e outros assuntos;

- (2) consultivas quando se trata de questões encaminhadas pelos segmentos da escola e;
- (3) fiscais ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras avaliando e garantindo o cumprimento da legislação vigente e do regimento da escola e atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

O diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Colegiado escolar e também como articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo.

Dessa forma, pretendemos cultivar um colegiado atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

Outro importante órgão colegiado da nossa escola é o Conselho de Classe. Este órgão reúne professores, equipe pedagógica e direção para refletirem sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos, objetiva discutir e analisar o processo de aprendizagem, detectar aqueles com necessidade de acompanhamento. As reuniões do Conselho de Classe servem de fórum de discussão para situar as necessidades pedagógicas dos alunos, a partir deste diagnóstico realizar atividades priorizando superar as dificuldades dos alunos. Promover o diálogo entre os professores através da discussão de experiências vivenciadas e o estabelecimento de possibilidades e alternativas futuras, favorecer ações intervenientes mais adequadas, avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de conteúdo, caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica. O Diretor está presente nas reuniões do Conselho de Classe e deve possibilitar que as mesmas aconteçam sem limitações para os professores e demais participantes.

## **5. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2014, p.6).

A gestão da escola é uma gestão compartilhada, as decisões são tomadas pelo coletivo. O gestor atua como líder, sempre buscando e estimulando a participação dos pais, alunos, professores e demais funcionários, na tomada de decisões e na implementação de ações proporcionando um clima de confiança.

Os diversos atores escolares têm papel de coparticipantes no trabalho pedagógico. As relações de trabalho são pautadas na ética profissional e em boas relações interpessoais. A relação de trabalho da escola com a comunidade e da comunidade com a escola é de parceria, embora ocorram muitos casos omissos em relação ao acompanhamento da aprendizagem pelos pais. A escola realiza todos os anos, vários eventos, previstos no calendário, momento em que há a participação da comunidade, como: Feira da Cultura, Festa da família na escola, Festa Junina, Jogos Escolares, Festival de Talentos, etc. A realização destes eventos propicia um entrosamento da escola com a comunidade, desenvolve habilidades e a criatividade dos alunos, incentiva a cooperação e participação de todos.

Os conflitos são resolvidos com diálogo em que todos são ouvidos numa tentativa de harmonizar as situações difíceis que vão surgindo. Os profissionais de nossa escola com o objetivo de tornar a escola mais eficaz, eficiente e efetiva consideram toda esta rede de relações como parte de seu espaço. Nesse sentido, procuram reinventar seus próprios espaços, produzindo ambientes mais confortáveis, atraentes e aconchegantes: remodelação das salas de aula com disposição diferente do mobiliário; dinamização da biblioteca; atividades no pátio, na quadra, na frente da escola, atividades desportivas, excursões.

Como organização administrativa a Escola Estadual Cecília Meireles compõe-se dos órgãos em funcionamento destinados a executar as funções de deliberação e prestação de serviços. O regime disciplinar, aplicável ao pessoal docente, técnico-administrativo e discente, tem a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos previstos e está expresso no Regimento Escolar. O regime disciplinar aplicável ao pessoal discente é estabelecido pelos Órgãos Colegiados, respeitadas as diretrizes contidas na Proposta Pedagógica da Escola e no Regimento Escolar. Os recursos sócios-pedagógicos previstos no regime disciplinar para os alunos devem ter valor formativo, objetivando melhorar a convivência dos mesmos dentro do ambiente escolar.

## 7. AVALIAÇÃO

Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas (OLIVEIRA, 2008, P.2386).

Avaliar significa medir quantitativamente e qualitativamente todo o processo de aprendizagem, é o resultado do empenho de toda a comunidade escolar, obtidos por alunos, professores, direção e demais funcionários. Vale ressaltar que o sucesso ou fracasso é coletivo e a busca por melhorias deve abranger todo o espaço escolar, desde as condições da escola e ações dos professores até o modo como os alunos são avaliados, ou seja, a escola deve ser avaliada em sua totalidade.

Um processo de construção, pelos atores envolvidos, de uma representação dos objetivos e dos efeitos de sua ação comum. Assim, a eficácia não é mais definida de fora para dentro: são os membros da escola que, em etapas sucessivas, definem e ajustam seu contrato, suas finalidades, suas exigências, seus critérios de eficácia e, enfim, organizam seu próprio controle contínuo dos progressos feitos, negociam e realizam os ajustes necessários.(SOUSA, 1999, p.5).

A função da avaliação é obter informações sobre os progressos e as dificuldades de cada aluno, verificando os pontos fortes e fracos da aprendizagem, visando o avanço dos métodos de ensino e resultados encontrados e atribuindo a cada um sua responsabilidade nesse processo. No âmbito escolar deve-se avaliar: o sistema de ensino, o sistema escolar e a aprendizagem dos estudantes. As avaliações, seus princípios e critérios deverão constar no Regimento Escolar e o Conselho Escolar deve fazer parte de toda a construção desse processo.

Além de avaliar o desempenho dos alunos, deve-se observar todo o contexto educativo: condições físicas da escola, o uso de materiais pedagógicos na aprendizagem, a atuação dos docentes e suas metodologias aplicadas. O processo de avaliação deve assumir um papel transformador, observando o interesse da população. Todos os componentes devem ser avaliados: alunos, professores, gestores, etc., deve ter a colaboração de todos, desde as análises encontradas até as ações a serem tomadas, o cronograma e direcionamento das intervenções necessárias.

Nas avaliações do sistema de ensino o objetivo é diagnosticar o sistema escolar no âmbito nacional ou regional. Neste processo, o Conselho Escolar deve observar os resultados das avaliações externas como SAEB, as internas ou do sistema e sua própria avaliação. Estas serão analisadas e, depois de verificados os

resultados obtidos, faz-se um cronograma com as ações a serem desenvolvidas para sua melhoria.

Os alunos realizam as avaliações externas como Prova Brasil e Provinha Brasil, as avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), participam de concursos e Olimpíadas de Matemática (OBMEP).

Alguns aspectos devem ser avaliados na organização do sistema escolar: taxa de reprovação, evasão escolar, elaboração de um Projeto Político Pedagógico, organização geral da escola, acompanhamento e rendimento dos alunos a avaliação de desempenho dos educadores e participação e envolvimento das famílias. Estes aspectos são analisados através de reuniões pedagógicas, questionários, estudo de casos e entrevistas.

A avaliação nos diferentes espaços de produção do conhecimento tem sido tradicionalmente considerada como um fator que ocorre no final do processo de produção do conhecimento. Sob esta ótica, foi fundamental perceber que a avaliação ocorre no decorrer de todo processo ensino aprendizagem. Dessa forma, pode-se falar em três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa (OLIVEIRA, 2008, p.2386).

A avaliação na Escola Estadual Cecília Meireles tem algumas funções básicas no processo de ensino aprendizagem: diagnosticar, ser formativa e somativa. Ela faz uma sondagem de conhecimentos já adquiridos, constrói novos conhecimentos através das falhas, acertos e troca de experiências que somados são pontuadas no final de cada bimestre ou no final do ano letivo, cabendo ao educador um acompanhamento contínuo do aluno, sua trajetória na construção do conhecimento.

Assim, na Escola Estadual Cecília Meireles nos Anos Finais e Ensino Médio são distribuídos 100 (cem) pontos ao longo do ano letivo, divididos em quatro bimestres de 25 pontos, sendo distribuídos em trabalhos, avaliações, aspecto comportamental, relatórios, etc. Para aprovação, exige-se rendimento de 60% em todos os conteúdos e 75% de frequência às aulas.

Os alunos dos anos iniciais são avaliados através de conceitos: A - Atingiu os objetivos propostos; B- Atingiu parcialmente os objetivos propostos e C - Necessita um pouco mais de esforço e atenção.

Durante todo o ano letivo os educadores proporcionam aos educandos oportunidades de recuperação contínua, onde os professores replanejam suas atividades com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas dos alunos que não

conseguiram acompanhar. Ela é feita através do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), atividades elaboradas após o diagnóstico das dificuldades através da vivência de novas oportunidades, a fim de corrigir desvios e suprimir ou reduzir omissões e falhas.

Se no final de cada bimestre, o educando continuar abaixo da média estipulada, tem a oportunidade de participar da recuperação paralela que engloba o estudo de conteúdos determinados e realizar uma nova avaliação. O aluno que não conseguir a média conforme consta no Projeto Político Pedagógico e Regimento será recuperado paralelamente, em sua própria sala, porém receberá atenção individualizada sem prejuízo do trabalho em grupo, preservando a autoestima.

O acompanhamento paralelo será feito preferencialmente pelo próprio professor, o processo de recuperação será contínuo durante o ano letivo, enquanto for necessário, a critério dos profissionais envolvidos. Todo o desenvolvimento do processo de recuperação deverá ser lançado na ficha do aluno, a fim de possibilitar acompanhamentos futuros e o desenvolvimento dos trabalhos e do aluno.

A recuperação final é oferecida aos alunos que, após término do ano letivo não alcançaram o resultado satisfatório para aprovação. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que não alcançaram a média com a recuperação final ainda tem direito a progressão parcial.

Conforme o art. 74 da Resolução nº 2.197/2012:

A progressão parcial, que poderá ocorrer a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos no ano letivo seguinte naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita ainda consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas. (2012 SEE/MG).

É preciso observar que não existe certo ou errado nas avaliações de aprendizagem dos estudantes e sim que é necessário notar cada situação didática e escolher a melhor forma de se avaliar, seja a observação, a aplicação de provas, relatórios diários, redações, anotações, seminários, sendo utilizados em sala de aula, em casa, individual ou em grupo de acordo com a necessidade da turma e objetivo do educador.

É importante a negociação sobre a discussão dos critérios de avaliação, sendo que o professor deve listar os conteúdos importantes, informar aos alunos e se colocar como parceiro, lembrando que o objetivo é a obtenção de melhores resultados para todos.

Lembrar, planejar e rever, construir e reconstruir, envolver os alunos nas atividades de sala, fazer uma avaliação eficaz, é papel do professor e do especialista, que repassam os resultados obtidos e buscam soluções quando estes não são satisfatórios. Estes resultados interessam aos alunos, pais, professores e equipe docente, que conhecem o processo de aprendizagem e se empenham na superação das dificuldades, através de estímulos e intervenções, avaliando as práticas, revendo falhas e construindo novos conhecimentos.

É claro que se os educandos não aprimorarem sua aprendizagem, serão inúteis todas as práticas democráticas, visto que, seus indicadores não são satisfatórios. É preciso que professores e alunos encarem com seriedade as práticas de avaliação, procurando formas que contemplem conjuntamente aspectos do processo e dos resultados.

De acordo com Veiga (1997, p.32) a avaliação possui dois fatores importantes: “Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

O grande desafio é ver a avaliação como um processo de colaboração, a vivência da avaliação deve fortalecer os órgãos coletivos, deve propor uma mudança na organização e na dinâmica de toda a instituição, tornando realidade uma educação democrática e de qualidade.

A avaliação institucional dá grande suporte à gestão da escola; na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas como ferramenta a serviço de levantar dados para o planejamento e monitoramento das ações escolares (SOUSA, 2014, p.3).

A avaliação dos servidores ocorre anualmente conforme a legislação da SEE (Secretaria De Estado da Educação) de Minas Gerais e no decorrer do ano através de auto avaliações, tendo como parâmetros a análise das ações realizadas.

Segundo Veiga (1997, p.32) “avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico”. A Avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é mais do que avaliação do aluno, mas dos professores, da equipe gestora, da Escola. A avaliação do Projeto acontece durante todo o processo de construção e de operacionalização que é flexível e contínuo o que permite investigar se as ações em desenvolvimento estão solucionando os problemas e dificuldades no processo educativo, para a elaboração de novas ações.

Os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação serão registrados para que, a partir deles, o Projeto seja reformulado e atualizado, anualmente, em um processo contínuo. O sucesso deste Projeto depende principalmente do envolvimento dos profissionais comprometidos e da comunidade com a educação da Escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de obtermos melhorias na educação, é que nós, profissionais, aperfeiçoaremos nossas práticas pedagógicas, cientes de nossas limitações e dificuldades, reformulando estratégias, numa expectativa de realização e sucesso.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola constituiu em elaborar a organização do trabalho da escola, foi um momento de diálogo, análise do cotidiano da escola, onde tentamos realizar um projeto que visa o caminho a percorrer para chegar à escola que queremos construir. Houve a participação de todos os segmentos, em um planejamento participativo e democrático que contou com o envolvimento de todos nos momentos de decisões e escolhas.

O diagnóstico é o ponto principal por ser o momento de participação e estudo do marco situacional: Qual é o aluno que temos? Que educação queremos? Também é importante o estudo do marco referencial, onde a filosofia pautada na ética decidirá qual caminho teórico seguir.

De acordo com o embasamento legal e base-teórico-metodológica, o Projeto Político Pedagógico parte da linha filosófica discutida amplamente na comunidade escolar. Para o sucesso na organização escolar é de suma importância o uso do princípio democrático durante a discussão de cada aspecto da estrutura do documento.

Como todo projeto, o Projeto Político Pedagógico é um processo contínuo, o mesmo é retomado e aprimorado sempre que necessário e sua reformulação dar-se-á mediante a participação de todos os segmentos da instituição juntamente com a família revendo as práticas trabalhadas propondo novas ações, visando à democratização nas tomadas de decisões e também no momento de avaliação.

Família e escola compartilham do processo de formação do educando. Nessa parceria cada um tem um papel importante, cabendo a cada ente desempenhar com responsabilidade sua função, visando à obtenção de resultados satisfatórios e respeito ao lugar ocupado. Uma das maiores dificuldades da escola é fazer com que esta parceria ocorra de forma efetiva. Muitos pais são omissos em várias situações e atribuem à escola o que seria dever e responsabilidade deles.

Numa gestão democrática e participativa, o Colegiado é o órgão que acompanha e avalia a proposta. A cada ano e a cada mudança no âmbito da educação, requer sua avaliação e reelaboração.

O Currículo deve valorizar a cultura do aluno e da sua família. A realidade sociocultural é a referência para este planejamento curricular. E o tempo e espaços escolares fundamentam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resoluções da Secretaria de Estado da Educação.

Para uma boa relação de trabalho, a autoavaliação no dia a dia da prática e a reflexão da ação baseada na teoria garantem uma educação de qualidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pela equipe reforça a autonomia da escola viabilizando a educação que queremos para a sociedade que temos.

## REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n. 40 jan./abr.2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (CF). 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em: 09 jul. 2014.

CAMPOS, Roselane Fátima, SCHEIBE, Leda. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas**. Disponível em < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 08 de ago. 2014.

CARMO, Raimundo Santos; GONÇALVES, Juçara dos Santos. **Gestão Escolar e o processo de tomado de decisão**. Belém: UNAMA, 2001. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em 24 Jun. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: < [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br) > Acesso em: 09 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**, (2010). Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em: 01 jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A Qualidade da Educação: Conceitos e Definições**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em: 20 de jul. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou Séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Reunião anual da ANPED, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: <[http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_luiz\\_carlos\\_freitas.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf)>. Acesso em 09 jul. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br>> Acesso em 29 jun. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.197 de 26 de outubro de 2012**.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes Olhares, uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia**. Disponível em <<http://www.pucpr.br>> Acesso em: 10 de ago. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>> Acesso em 26 mai. 2014.

SENS, Aracy Santos. **Projeto Pedagógico da Escola**. Disponível em <<http://www.fecam.org.br>> Acesso em 08 de ago. 2014.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. Disponível em<<http://moodle3.mec.gov.br>> Acesso em 15 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 08 de ago. 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de. (orgs) **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papirus, 1997.